

142

RESENHA

HISTORIAS DE
ARQUEOLOGÍA
SUDAMERICANA DE
JAVIER NASTRI
E LÚCIO MENEZES
FERREIRA
(EDITORES).
BUENOS AIRES,
FUNDACIÓN DE HISTORIA
NATURAL FÉLIX DE AZARA/
UNIVERSIDAD MIAMÓNIDES, 2010.
239 PÁGINAS

Resenhado por Adriana Schmidt Dias¹

(Departamento de História/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Vindo a preencher uma lacuna existente nos estudos de história da arqueologia americana, o livro organizado por Nastri e Menezes Ferreira nos oferece uma rica fonte de análise crítica sobre as histórias de estruturação do campo arqueológico em diferentes contextos nacionais da América do Sul. A idéia deste livro surgiu de um simpósio organizado pelos editores em 2007 por ocasião da *VI Reunião Internacional de Teoria Arqueológica na América do Sul (TAAS)*. Dividido em cinco sessões temáticas, cada uma composta por duas contribuições de países diferentes, *Histórias de Arqueología* também é um convite a pensar a memória da prática arqueológica a partir do protagonismo de seus agentes. Ameghino, Lumbreras, Reichel-Dormatoff, Paulo Duarte, são alguns dos personagens destas histórias coligidas por Nastri e Menezes Ferreira que nos falam dos contextos políticos e ideológicos de produção e uso da arqueologia na América do Sul.

A primeira sessão, intitulada “Arqueologia e Nação”, analisa o papel da prática arqueológica nos processos de consolidação dos Estados Nacionais Sul Americanos. No Capítulo 1, Lino Menezes Pacheco apresenta uma reflexão de como a arqueologia venezuelana de finais do século XIX estruturou-se no marco filosófico positivista como um instrumento “científico” do Estado, re-atualizando o etnocentrismo colonial ao identificar a modernidade com a civilização europeia. No início do século XX, a imagem de modernidade é projetada para um novo parceiro econômico e político, os Estados Unidos, e o discurso arqueológico venezuelano passa a atender aos interesses destas novas agendas intelectuais. A mesma conjuntura histórica é analisada por Sergio R. Carrizo para o noroeste argentino no Capítulo 2. Observa-se, porém, uma posição ativa do Estado argentino em fomentar através das pesquisas arqueológicas

nesta região a negação da possessão territorial nativa. Este processo identificado em Tucumã é compatível com as políticas argentinas da segunda metade do século XIX de expansão colonial “fronteiras adentro”. A arqueologia, inicialmente praticada por estrangeiros e depois pela academia porteña a partir de 1890, tem por objetivo situar o território nativo no passado pré-colonial e desta forma gerar novos territórios a serem apropriados pelo Estado Moderno.

A segunda sessão do livro é intitulada “Internacionalismos” e comporta a análise sobre o papel de intelectuais estrangeiros na institucionalização da arqueologia sul americana. No Capítulo 3, Lúcio Menezes Ferreira tem por objeto as relações institucionais e científicas de Herman von Ihering com os Museus Argentinos no final do século XIX, analisando o compromisso político deste intelectual com o colonialismo interno no Brasil. No Capítulo 4, Javier Nastri avalia os estudos de cronologias culturais na arqueologia andina do início do século XX, comparando os métodos empregados por Max Uhle, no Peru, e por Eric Boman, Juan Ambrosetti e Salvador Debenedetti no noroeste argentino. O objetivo do autor ao analisar os “estilos teóricos” empregados é transcender os dados e acessar as conjunturas de estruturação do campo da arqueologia na América do Sul.

“Crítica do Nacionalismo” é o título da terceira sessão do livro que se debruça sobre os usos que distintos Estados sul americanos fizeram da arqueologia para justificar as ideologias nacionais no começo do século XX. No Capítulo 5 as lutas de significado de distintos grupos de interesse na Argentina quanto à figura de Florentino Ameghino são tratadas por Pablo Perazzi. Transformado em herói popular por sua tese quanto à origem pampeana da humanidade, Ameghino passa a ser representado

após a sua morte como o herói popular, símbolo de enfrentamento aos poderes estabelecidos e à supremacia europeia nas ciências. No Capítulo 6 a relação entre arqueologia e nacionalismo no Peru é o tema de investigação de Henry Tantaleán, tomando como eixo analítico a figura emblemática de Luis Guillermo Lumbreras na teoria arqueológica americana. A idéia do autor é oferecer uma crítica interna a prática da arqueologia social latinoamericana em sua associação às políticas de Estado, expondo as contradições inerentes desta aliança. Mesmo que o nacionalismo peruano tenha suas bases nas reivindicações indígenas, a arqueologia de Lumbreras trata, em última instância, da produção de discursos de dominação ideológica sobre o passado.

O “Indigenismo” é o tema da quarta sessão do livro. A origem do conceito do “índio ecológico” na Colômbia é investigada por Carl H. Langebaek Rueda no Capítulo 7. Destaque é dado à produção acadêmica de Gerardo Reichel-Dormatoff, sendo resgatada sua importância na auto-percepção indígena e na visão dos políticos de esquerda quanto às populações originárias naquele país na conjuntura histórica de surgimento dos movimentos ambientalista e contra-cultural. Uma situação oposta é representada por Diana L. Mazzanti ao analisar no Capítulo 8 o desenvolvimento da arqueologia pampeana. A autora analisa como a arqueologia argentina tem respondido desde o século XIX às práticas estatais voltadas à expropriação, extermínio e esquecimento do elemento nativo na construção da memória Nacional. Para a autora a renovação teórico-metodológica da arqueologia pampeana nos anos 1990, no entanto, não contribuiu para uma mudança de cenário. A arqueologia histórica nesta região, centrada na colonização europeia,

representa a continuidade de uma tradição invisibilidade do nativo pampeano e de marginalização de seus descendentes.

A título de conclusão da obra, a relação entre “Memória” e Arqueologia é abordada na última sessão. No Capítulo 9 Gustavo M. Rivolta trata a relação entre arqueologia e discursos nativos sobre identidade, memória e narrativa, tendo por cenário mais uma vez a região noroeste da Argentina. Estes temas estão entrelaçados no estudo do sítio Los Cardones, realizado em conjunto com os indígenas Amaichas, em Tucumã. O sítio arqueológico assume um papel catalisador de memórias e narrativas nativas de resistência e pertencimento territorial desde o século XVII, até aquele momento esquecidas ou deixadas em segundo plano frente às pressões da sociedade Nacional. No Capítulo 10, Pedro Paulo Funari e Gladyson José da Silva tratam do resgate da memória de estruturação do campo científico da arqueologia no Brasil na primeira metade do século XX através do estudo acervos documentais produzidos por Paulo Duarte. Trata-se de uma defesa pertinente de ações de preservação da memória dos próprios arqueólogos e dos documentos originais gerados pela investigação dos sítios arqueológicos. *SB*